



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão. Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de rating S&P reaffirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Caetité 2 Energia Renovável S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Giovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A empresa Caetité 2 Energia Renovável S.A. (Caetité 2 ou Companhia) é uma sociedade de propósito específico (SPE) cuja totalidade das ações pertence a empresa Força Eólica do Brasil, uma joint venture entre a Neoenergia (50%) e a Iberdrola (50%). Caetité 2 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Caetité 2, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas promovido em 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que está localizado no município de Caetité (BA).

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Caetité 2 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 118 de 04/02/2011, expedida pelo Ministério de Minas de Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da Portaria. Em 28 de julho de 2011, o Parque Eólico firmou com 14 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com vigência até 31 de dezembro de 2032. Caetité 2 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30

MW e energia contratada de 11,2MW médios. Em março de 2013, o Parque Eólico foi considerado "Apto a operação comercial", porém aguarda a finalização das instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) de Igarapé 2 para conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Só após a conexão sua operação comercial será iniciada. Independente da conexão recebe receita.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Receita operacional bruta	-	17.143	0,0%
Receita Operacional Líquida	-	15.372	0,0%
EBITDA	-	9.194	0,0%
Resultado do serviço	-	4.395	0,0%
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	331	(1.735)	-624,2%
Lucro Líquido	242	1.780	635,5%
Ativo Total	102.091	131.376	28,7%
Investimento	56.485	71.905	27,3%
Dívida Bruta	43.515	47.171	8,4%
Dívida Líquida 1	(806)	44.875	-5667,6%
Patrimônio Líquido	55.964	60.220	7,6%
Indicadores Econômico-Financeiros 2			
Margem EBITDA	-	59,81%	59,81 p.p.
Margem Líquida	-	11,58%	11,58 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	-	4,881	0,0%

1 Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos 2p.p. - pontos percentuais
Atendendo à Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação de EBITDA - R\$ Mil	2012	2013	Δ %
Lucro Líquido	242	1.780	635,5%
Imposto de Renda e CSLL	89	880	888,8%
Receita Financeira	(347)	(1.146)	230,3%
Despesa Financeira	16	2.881	17906,3%
Amortização/Depreciação	-	4.799	0,0%
EBITDA	-	9.194	0,0%

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais							
ATIVO	Notas	2013	2012	PASSIVO CIRCULANTE	Notas	2013	2012
CIRCULANTE				Fornecedores	8	19.896	1.898
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.296	42.582	Empréstimos e financiamentos	9	3.654	1.226
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	1.561	-	Impostos e contribuições a recolher	10	1.366	241
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.572	306	Dividendos e juros sobre capital próprio	11	652	57
TOTAL DO CIRCULANTE		5.429	42.888	Partes relacionadas	17	-	260
NÃO CIRCULANTE				Outros passivos circulantes	-	279	156
Titulos e valores mobiliários	5	-	1.739	TOTAL DO CIRCULANTE		25.847	3.838
Imobilizado	7	125.947	57.464	NÃO CIRCULANTE			
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		125.947	59.203	Empréstimos e financiamentos	9	43.517	42.289
TOTAL DO ATIVO		131.376	102.091	Provisões	12	1.642	-
				Outros passivos não circulantes	-	150	-
				TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		45.309	42.289
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13	58.844	55.774
				Reservas de lucro	-	108	19
				Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	1.268	171
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		60.220	55.964
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.376	102.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais						
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012	1	-	7	(1)	-	7
Aumento de capital	55.773	-	-	-	-	55.773
Lucro líquido do exercício	-	-	-	242	-	242
Destinações:						
Reserva legal	-	12	-	(12)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(229)	171	(58)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	55.774	12	7	-	171	55.964
Aumento de capital	3.070	-	-	-	-	3.070
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.780	-	1.780
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(171)	(171)
Destinações:						
Reserva legal	-	89	-	(89)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.691)	-	(1.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	58.844	101	7	-	1.268	60.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A empresa Caetité 2 Energia Renovável S.A. (Caetité 2 ou Companhia) é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% Força Eólica do Brasil, uma joint venture entre a Neoenergia (50%) e a Iberdrola (50%). Caetité 2 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Caetité 2, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas da ANEEL, em 2010 que está localizado no município de Caetité (BA). Conforme portaria nº 118, de 04 de fevereiro de 2011, o Ministério de Minas Energia, autorizou a Companhia a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, com o prazo é de 35 anos a partir da publicação da referida portaria no dia 07 de fevereiro de 2011.

A Companhia tinha como previsão o início da operação comercial para janeiro de 2013, contudo, a conexão será feita por meio da linha de transmissão de 230 KV da SE Igarapé II, de propriedade da CHESF, cuja previsão de início da operação comercial é junho de 2014, conforme informação do Sistema de Gestão de Transmissão (SIGET) da ANEEL em dezembro de 2013.

Em 22 de março de 2013 foi publicado o despacho da ANEEL de nº 1.573 por meio da qual a mesma declarou que essa usina estava apta a iniciar a operação comercial e, portanto, tem o direito à receita integral dos contratos. Para o período em que a usina esteve em atraso, foi necessário efetuar a comprar lastro para cumprimento do contrato do CCEAR (Cláusula 5.6).

Caetité 2 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 11 MW médios.

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no encerramento do exercício, o qual será sanado através de integralizações de capital de acordo com as necessidades de caixa para o período.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia também revisa suas estimativas e premissas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de Juros
A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente
As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

2.5. Imposto sobre vendas
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis**
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros
Os passivos financeiros da Companhia referem-se, substancialmente, a empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8. Contas a receber de clientes e outros
Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantis. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9. Títulos e valores mobiliários
São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

2.10. Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. As taxas estabelecidas pela Companhia foram reconhecidas com uma melhor estimativa de vida útil econômica estimada de cada componente limitada ao prazo de autorização. Durante a fase de construção foram acrescidos os custos de empréstimos ao ativo imobilizado, conforme CPC 20 e 27.

2.11. Empréstimos, financiamentos
As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

2.12. Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.13. Distribuição de dividendos
A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICP 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.14. Provisões
Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.17. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis
As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

Norma Assunto

CPC 19 (R2)/IFRS 11 "Negócios em Conjunto"

CPC 26 (R1)/IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"

CPC 33 (R2)/IAS 1 "Benefícios a Empregados"

CPC 35 (R3)/IAS 10 "Demonstrações Consolidadas"

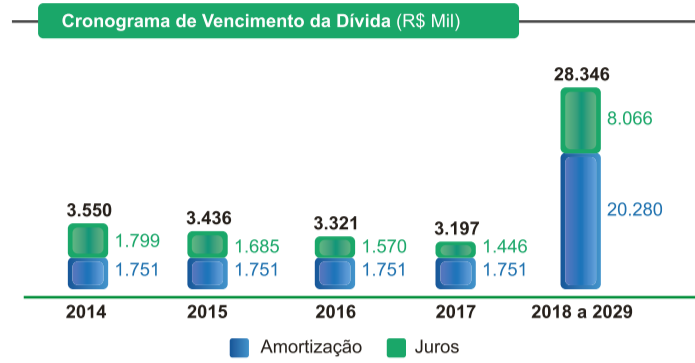
CPC 40 (R1)/IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"

CPC 45/IFRS 12 "Divulgações de Participações em Outras Entidades"

CPC 46/IFRS 13 "Mensuração do Valor Justo"

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia realizou, em julho de 2012, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES no valor de R\$ 61,6 milhões com prazo de 16 anos sendo 12 meses de carência para amortização do principal, com juros pagos mensalmente e custo de TJLP + 1,93% a.a. Este recurso teve como finalidade a realização dos investimentos para a construção do parque eólico. Até dezembro de 2013, foi liberado o montante de R\$ 54,2 milhões e a dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 54,7 milhões.



5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

Caetité II

Caetité II Energia Renovável S.A. | 12.106.989/0001-00 | Companhia Fechada



7 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/13		31/12/12		
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação	Custo	Depreciação amortizada acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	45.762	(1.683)	44.079	-
Máquinas e equipamentos	3%	83.437	(3.070)	80.367	-
Provisão de desmantelamento	4%	1.547	(46)	1.501	-
		130.746	(4.799)	125.947	-
Em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	48
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	27.345
A reatear	-	-	-	-	28.796
		-	-	-	1.275
		-	-	-	57.464
Total		130.746	(4.799)	125.947	57.464

A movimentação do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Em serviço		Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012	-	-	-	980	980
Adições	-	-	-	56.484	56.484
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	57.464	57.464
Adições	-	-	-	73.452	73.452
Baixas	-	-	-	(170)	(170)
Depreciação	-	(4.799)	(4.799)	-	(4.799)
Transferências	130.746	-	-	(130.746)	(130.746)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	130.746	(4.799)	125.947	-	125.947

8 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Fornecedores	Ref.	31/12/13	31/12/12
Energia elétrica:		4.694	-
Partes relacionadas (Nota 16)		4.694	-
Encargos de uso da rede		73	-
Terceiros		15.129	1.898
Materiais e serviços	(a)	15.129	1.898
Terceiros		15.129	1.898
Total		19.896	1.898
Circulante		19.896	1.898

(a) O grupo de materiais e serviços é composto principalmente por fornecedores de itens relacionados a investimento.

9 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao Banco do Brasil contrato de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, assinado em 3 de julho de 2012, Aditivo nº 1 ao contrato, assinado em 18 de dezembro de 2012 e Aditivo nº 2 ao contrato, assinado em 10 de julho de 2013, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Caetité 2 na localidade de Caetité/BA, com capacidade instalada de 30 MW e com 15 Aerogeradores G87 fornecidos pela empresa Gamesa Eólica do Brasil, cujas condições contratuais são as seguintes:

	Taxa efetiva	Encargos	Circulante	Principal Não Circulante	Total
Composição da dívida Moeda nacional					
Banco do Brasil	TJLP+ 1,93% a.a.	152	3.502	51.065	54.719
		152	3.502	51.065	54.719
Total moeda nacional					54.719
(-) Garantias depósitos vinculados				(7.548)	(7.548)
Total		152	3.502	43.517	47.171

A captação junto ao Banco do Brasil foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 1,93% a.a., prazo total de 17 anos, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de agosto de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de operação e manutenção. Até o presente momento o Banco do Brasil liberou R\$ 54.195.

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	31/12/13	31/12/12
2015	3.502	2.714
2016	3.502	2.714
2017	3.502	2.714
2018	3.502	2.714
Após 2018	37.057	31.433
Total obrigações	51.065	42.289
(-) Garantias depósitos vinculados	(7.548)	(7.548)
Total	43.517	42.289

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	-	-
Ingressos	1.131	43.420
Encargos	95	95
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.226	43.515
Ingressos	-	10.784
Encargos	3.458	3.458
Transferências	2.008	(2.008)
Amortizações e pagamentos de juros	(3.038)	(3.038)
(-) Mov. depósitos em garantia	(7.548)	(7.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.654	47.171

Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato de repasse mantido com o Banco do Brasil contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Banco do Brasil - Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 e Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%).

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/fiança da Neoenergia.

10 Impostos e Contribuições a Recolher

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	700	86
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	269	30
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	78	43
Programa de Integração Social - PIS	(c)	20	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	92	-
Imposto Sobre Serviços - ISS		106	34
Impostos e contribuições retidos na fonte		101	48
Total		1.366	241

(a) IRPJ e CSLL apurados com base no lucro Real referentes ao ano calendário 2013.
(b) ICMS proveniente da aquisição de equipamentos para construção dos parques eólicos e que foram baixados para o ativo.
(c) PIS e COFINS a pagar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

11 Dividendos

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	58.844	58.030
Total	58.844	58.030
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	1.780	242
Absorção de prejuízo acumulado	-	(1)
Constituição da reserva legal	(89)	(12)
Base de cálculo do dividendo (25%)	1.691	229
Dividendos mínimos obrigatórios	423	57

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldos em 01 de janeiro de 2012	-	-
Dividendos obrigatórios 2012	58	58
Saldos em 31 de dezembro de 2012	171	171
Dividendos adicionais 2012	171	171
Dividendos obrigatórios 2013	423	423
Saldos em 31 de dezembro de 2013	623	623

12 Provisões

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Desmantelamento	Provisões
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-
Constituição	1.642	1.642
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.642	1.642

Refere-se ao custo de desmantelamento. Os cálculos são feitos com base em perspectiva do custo total de desmontagem do parque eólico Caetité 2, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o grupo do imobilizado.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretora-Presidente

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora

CONTADORA

Cristiane Duarte Tavares
CRC - RJ 092950/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Caetité 2 Energia Renovável S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras da Caetité 2 Energia Renovável S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração e comercialização do Grupo Neoenergia, por meio das associações ao qual participam, ajustaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, que instituiu, dentre outras disposições, uma nova forma rateio dos custos de despacho térmico adicional, para garantia de suprimento energético, passando a ser rateado entre todos os agentes do mercado de energia elétrica. Estes custos incorporam o chamado Encargo de Serviço do Sistema - ESS. Entre maio/2013 e junho/2013 foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas Associações representativas dos agentes de geração e comercialização, tornando sem efeito o disposto nos Artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo o rateio dos custos supracitados pelos agentes representados nas respectivas associações.

Em síntese, as ações defendidas nas ações judiciais abrangem a inversão do ônus da utilização do Sistema, que conduz o produtor e/ou comercializador a arcar com tais custos em desacordo com as leis e normativos aplicáveis ao Setor Elétrico, bem como a ofensa ao princípio da reserva legal, e usurpação de competência do Congresso Nacional para criação de subsídio sem a edição de Lei e sem a provisão de compensação econômico-financeira.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia e das controladas classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão. O valor da contingência na Companhia é de R\$ 17.

13 Patrimônio Líquido

Capital social
O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 58.844 divididos em 58.844 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em julho de 2013, foi aprovado e integralizado o aumento de capital em R\$ 814 realizado através de incorporações de bens, e durante o ano de 2013 foi integralizado, o montante de R\$ 2.256, referente Assembleia Geral Extraordinária realizada em agosto de 2012.

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações		Ações Ordinárias	
	Unica	%	Unica	%
Acionista	58.844	100,00	58.844	100,00
Total	58.844	100,00	58.844	100,00

Reserva Legal
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

14 Receita Líquida

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Fornecimento de energia	(a)	14.974	-
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		2.169	-
Total receita bruta		17.143	-
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(1.771)	-
Total receita operacional líquida		15.372	-

(a) Fomento de energia.
(b) Composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

	Nº de consumidores		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Suprimento	14	-	96.360	-	14.974	-
Total	14	-	96.360	-	14.974	-

(*) Não auditado.
(b) Deduções da receita bruta

15 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/13		31/12/12	
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Serviços de terceiros	(939)	-	(939)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(4.407)	-	(4.407)	-
Encargos de uso de rede	(668)	-	(668)	-
Depreciação e amortização	(4.799)	-	(4.799)	-
Arendamentos e alugueis	(23)	-	(23)	-
Tributos	(10)	-	(10)	-
Outros	-	(131)	(131)	-
Total custos/despesas	(10.846)	(131)	(10.977)	-

16 Imposto de Renda e Contribuição Social

	IR	31/12/13 CSLL	IR	31/12/12 CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.660	2.660	331	331
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	665	239	83	30
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições	(24)	-	(24)	-
Outras exclusões	641	-	(24)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(24)	239	59	30
Corrente	533	262	8	22
Recolhidos e pagos	-	-	-	8
A pagar	315	63	51	-
Compensados e deduzidos	(207)	(86)	-	-
Impostos antecipados a recuperar	641	239	59	30

17 Saldos e Transações com partes Relacionadas

	Ref.	Natureza de operação	Ativo	Passivo	31/12/13 Resultado	Ativo	Passivo	31/12/12 Resultado
Empresas								
COELBA	(a)	Energia fornecida	78	-	865	-	-	-
			78	-	865	-	-	-
CELPE	(a)	Energia fornecida	13	-	131	-	-	-
NC ENERGIA	(b)	Energia comprada	-	4.694	(4.901)	-	-	-
			13	4.694	(4.901)	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Dividendos	-	653	-	-	57	-
		Reembolso de despesa	-	-	-	-	260	-
			-	653	-	-	317	-
Neoenergia S.A.		Contrato de mútuo	-	-	-	-	-	(80)

(a) Celpe e Coelba - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, vigência até dezembro de 2023.
(b) NC Energia - Compra de energia para recomposição de Lastro Físico da Companhia. Venda de energia elétrica.

18 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações Gerais e Políticas
A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabeleceu limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social
A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar a construção da usina eólica e a eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

✓ Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o Banco do Brasil - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Valor Justo
O valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas. A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	Contábil	31/12/13 Valor justo	Contábil	31/12/12 Valor justo
Ativos financeiros (Circulante/ Não Circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.561	1.561	-	-
Contas a receber de clientes e outros	1.561	1.561	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	2.296	2.296	44.321	44.321
Caixa e equivalentes de caixa	2.296	2.296	42.582	42.582
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.739	1.739
Passivos financeiros (Circulante/ Não Circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	(67.067)	(67.067)	(45.413)	(45.413)
Fornecedores	(19.896)	(19.896)	(1.898)	(1.898)
Empréstimos e financiamentos	(47.171)	(47.171)	(43.515)	(43.515)

Hierarquia de Valor Justo
A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado.
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem